



Manual do Aluno  
**HISTÓRIA**  
11.º ano de escolaridade



Projeto - *Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste*

Cooperação entre o Ministério da Educação de Timor-Leste, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Universidade de Aveiro  
Financiamento do Fundo da Língua Portuguesa

Título  
História - Manual do Aluno

Ano de escolaridade  
11.º Ano

Autoras  
Benedicta Duque Vieira  
Clárisse Mendes  
Maria Eugénia Neves

Coordenador de disciplina  
Manuel Ferreira Rodrigues

Consultor científico  
José Mattoso

Colaboração das equipas técnicas timorenses da disciplina  
Este manual foi elaborado com a colaboração de equipas técnicas timorenses da disciplina,  
sob a supervisão do Ministério da Educação de Timor-Leste

Ilustração  
Joana Santos  
Mariana Rei

Design e Paginação  
Esfera Crítica Unipessoal, Lda.  
Mariana Rei

Impressão e Acabamento  
Centro de Impressão do Ministério da Educação e Cultura

ISBN  
978-989-8547-37-8

Tiragem  
1.000 exemplares

1ª Edição

Conceção e elaboração  
Universidade de Aveiro

Coordenação geral do Projeto  
Isabel P. Martins  
Ângelo Ferreira

Ministério da Educação e Cultura de Timor-Leste

2018

Os sítios da Internet referidos ao longo deste livro encontram-se ativos à data de publicação. Considerando a existência de alguma volatilidade na Internet, o seu conteúdo e acessibilidade poderão sofrer eventuais alterações.

## 4

### OCIDENTE E ORIENTE EM PRESENÇA (de cerca de 1650 a cerca de 1825)

#### Rivalidades coloniais e expansão territorial nos séculos XVII e XVIII

- 10 1. O crescimento da população mundial
- 10 1.1 Demografia: o crescimento da população mundial
- 12 1.2 O desenvolvimento das cidades
- 13 2. Geografia dos impérios, formas e instrumentos de domínio
- 13 2.1 Geografia dos impérios
- 14 2.2 Formas e instrumentos de domínio
- 16 2.3 Confrontos e áreas de influência nas Américas, Índico e Ásia/Pacífico
- 19 2.4 O Império Russo
- 21 2.5 O Império Otomano
- 22 2.6 O Império Chinês
- 25 3. O alargamento do conhecimento do Mundo: as grandes explorações; as permutas culturais
- 25 3.1 As grandes explorações
- 27 3.2 As permutas culturais

#### A ideologia liberal e a construção de novas soluções políticas

- 30 1. Raízes do pensamento liberal; a filosofia das “Luzes”
- 30 1.1 Locke nas origens do pensamento liberal
- 31 1.2 A filosofia das Luzes
- 33 2. Revoluções atlânticas: revoluções sociais, revoluções nacionais
- 33 2.1 Revoluções burguesas e liberais
- 35 2.2 A Revolução da América
- 38 2.3 A Revolução francesa
- 41 3. “A revolução das antecipações” – o legado das revoluções liberais

#### Timor Leste da segunda metade do século XVII ao início do século XIX

- 44 1. Timor, dos reinos vassallos ao “protetorado” colonial – linhas de continuidade
- 48 2. O regime de governo-geral e a afirmação do poder do Estado
- 48 2.1 A criação do Governo-Geral
- 49 2.2 A organização da estrutura político-administrativa de Timor no século XVIII
- 51 2.3 A integração das autoridades nativas na estrutura administrativa portuguesa
- 54 3. As reformas económicas no início do século XIX
- 57 4. Timor e o mundo exterior

## 5

## EXPANSÃO DA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL E IMPERIALISMOS (dos inícios do século XIX até cerca de 1920)

### Hegemonia europeia e embates imperialistas

- 60 1. Consolidação da revolução industrial: instrumentos de integração económica mundial; transformações sociais no mundo ocidental; migrações intercontinentais
- 60 1.1 O alargamento da industrialização
- 63 1.2 A revolução dos transportes
- 64 1.3 Dinâmicas comerciais e estratégias financeiras
- 66 1.4 Transformações sociais no mundo ocidental
- 70 1.5 Migrações intercontinentais
- 72 2. Ritmos de desenvolvimento dos mundos asiático e oceânico
- 72 2.1 As dificuldades da China
- 77 2.2 O sucesso do Japão
- 79 2.3 O Império Otomano – o “grande enfermo”
- 80 2.4 A Índia – a “jóia da coroa inglesa”
- 81 2.5 Da Ásia do Sudeste ao Mundo Oceânico
- 84 3. Expansão do colonialismo e partilha de áreas de influência. A submissão do continente africano
- 85 4. Nacionalismos e imperialismo. A Grande Guerra e a regulação internacional
- 87 5. A viragem do século: mudanças e permanências na vida política e cultural
- 87 5.1 Os caminhos do demoliberalismo
- 88 5.2 Novos olhares sobre a natureza e a humanidade

### Timor Leste no século XIX e início do século XX

- 92 1. A reorientação liberal: o problema administrativo; a questão das ordens religiosas; as tentativas de dinamização económica
- 92 1.1 O regime de governo e a representação de Timor nas décadas de 1830 e 1840
- 93 1.2 A questão das ordens religiosas
- 94 1.3 As tentativas de dinamização económica
- 94 2. Vicissitudes de definição da “grande fronteira” em meados do século
- 96 3. A ocupação colonial
- 96 3.1 Medidas de transformação económica e social
- 101 3.2 A ação missionária no ensino
- 101 3.3 Resistências internas à penetração da administração portuguesa. De Lacló a Manufahi
- 105 4. A transformação do estatuto político administrativo. A Carta Orgânica de Timor
- 105 4.1 A redefinição da *grande fronteira* no contexto das transformações internacionais

## 6

**DOS ANOS 1920 AO FINAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL****Confrontos político-ideológicos à escala mundial**

- 108 1. O quadro geopolítico mundial nos anos vinte. Estratégias de afirmação dos Estados Unidos e do Japão
- 108 1.1 O Mundo do pós-Grande Guerra
- 109 1.2 O crescimento económico dos Estados Unidos nos anos vinte
- 110 1.3 O Japão – economia e expansão territorial
- 111 2. A implantação do comunismo na Rússia; a formação da URSS
- 111 2.1 As revoluções russas de 1917
- 112 2.2 Realizações e problemas da Revolução de outubro
- 114 2.3 A fundação da União Soviética
- 114 2.4 O marxismo-leninismo: seu impacto na Europa e na Ásia
- 116 3. A China republicana: instabilidade interna; nacionalismo e comunismo
- 116 3.1 A situação da China no início da década de 1920
- 117 3.2 O governo de Jiang Jieshi e os comunistas chineses
- 119 4. Flutuações económicas dos anos 1920; a grande depressão dos anos trinta
- 119 4.1 Crescimento e fragilidades da economia mundial nos anos vinte
- 120 4.2 A crise de 1929 e o seu impacto no Mundo dos anos trinta
- 122 5. Crise das democracias liberais e ascensão dos regimes autoritários; a afirmação dos totalitarismos
- 122 5.1 O Mundo dividido: democracia ou ditadura?
- 123 5.2 A Itália fascista
- 124 5.3 Regimes autoritários: o caso português
- 126 5.4 A Alemanha nazi
- 128 5.5 A URSS estalinista
- 129 5.6 O Japão e a “Restauração *Showa*”
- 130 6. Movimentos autonomistas em África e na Ásia
- 130 6.1 O Médio Oriente, o Norte de África e a África subsaariana
- 131 6.2 Os nacionalismos da Ásia
- 132 7. A Segunda Guerra Mundial e sua expressão na Ásia e no Pacífico
- 132 7.1 Ameaças de guerra
- 133 7.2 Eclosão e mundialização da guerra
- 134 7.3 A guerra na Ásia e no Pacífico
- 135 7.4 Vitória dos Aliados e balanço da guerra

**DOS ANOS 1920 AO FINAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL****Timor Leste da década de 1920 a 1945**

- 138 1.A política colonial da Ditadura Militar e do Estado Novo. O “Ato Colonial” e o “Acordo Missionário”
- 138 1.1 A visão imperialista dos anos trinta
- 139 1.2 Organização político-administrativa entre guerras
- 140 1.3 O “Acordo Missionário” e a ação da Igreja em Timor
  
- 141 2. Evolução da economia e da sociedade
- 141 2.1 Sociedade colonial e comunidades locais nos anos trinta
- 143 2.2 Ensino e assistência
- 144 2.3 Plantações e outras actividades económicas
  
- 146 3. Timor na Segunda Guerra Mundial: da invasão dos Aliados à ocupação japonesa
- 146 3.1 As invasões no contexto da guerra no Pacífico
- 147 3.2 Timor sob a ocupação japonesa

- 150 **Glossário**

O Manual é constituído pelas três Unidades Temáticas do Programa do 11º ano.

Cada Unidade Temática divide-se em Subtemas.

Cada Subtema é iniciado por uma dupla página, onde constam:

UNIDADE TEMÁTICA 4  
**4 OCIDENTE E ORIENTE EM PRESENÇA**  
(de cerca de 1650 a cerca de 1825)

**Timor Leste da segunda metade do século XVII ao início do século XIX**

**METAS DE APRENDIZAGEM**

• Interpretar o conteúdo de documentos relativos aos assuntos em análise.

• Localizar, no tempo e no espaço, os eventos estudados.

• Avaliar a generalidade da influência portuguesa na Ásia de Sudeste, nos séculos XVII e XVIII.

• Analisar as características organizativas da Ásia de Sudeste, potenciadoras de conflitos frequentes com os governos locais e com os países europeus e impérios.

• Interpretar a formação de governos locais em Timor, pela China portuguesa, como vontade de afirmação de soberania sobre o território e sobre a língua.

• Explicar o significado da intervenção das autoridades superiores portuguesas pelo governador português.

• Relacionar as reformas político-administrativas e financeiras de 1788 com o objetivo de controlar as Finanças e de desenvolvimento económico.

• Identificar os condicionamentos que justificaram os projetos de reforma de 1794 e de 1801.

Cada página contém:

na parte superior, **documentos** e, na margem, sugestões de **atividades**

**Confrontos político-ideológicos à escala mundial**

**Atividades**

1. Indica as palavras que se tornaram independentes, da parte da Grande Guerra, como consequência do desmantelamento do império austro-húngaro (Doc. 1).
2. Indica as palavras que, no Médio Oriente, tiveram o significado de império britânico e francês (Doc. 2).

**1. O quadro geopolítico mundial nos anos vinte. Estratégias de afirmação dos Estados Unidos e do Japão**

1.3. O Mundo do pós-Grande Guerra

A Grande Guerra foi considerada por muitos historiadores como o fim do longo século XIX e início do século XX. Embora os campos de batalha tenham sido localizados sobretudo na Europa, a guerra e as suas consequências afetaram quase todo o Mundo. É como era o Mundo antes da guerra? Quais as principais transformações que decorreram desde grande conflito?

A guerra e os tratados de paz que se lhe seguiram (1919-1922) marcaram como resultado o desmantelamento dos impérios russo, austro-húngaro, otomano e alemão (Doc. 1). A revolução soviética de 1917, que até então permitiu a afirmação de independência de alguns países. O império austro-húngaro desmoronou-se em fragmentos. Tratados importantes:

Em 1913, após o golpe militar de **Kemal Atatürk**, foi deposto o sultão, o império otomano tornou-se uma república. Os territórios otomanos do Próximo Oriente foram transformados em Estados, mas sob mandato do Reino Unido, da França e da Itália (Doc. 2). Além disso, foram sendo concedidas a pequenas independências, partes territoriais na Europa (Doc. 3) e as suas colónias africanas, em favor da França, Reino Unido e Bélgica. Também permitiu, no Pacífico, a parte alemã da Nova Guiné, a Nova Hebréides e as Ilhas do Alasca, que passaram para o domínio da Austrália, da Nova Zelândia e do Japão.

Na margem, pequenas **notas** que explicam **palavras assinaladas a negrito**

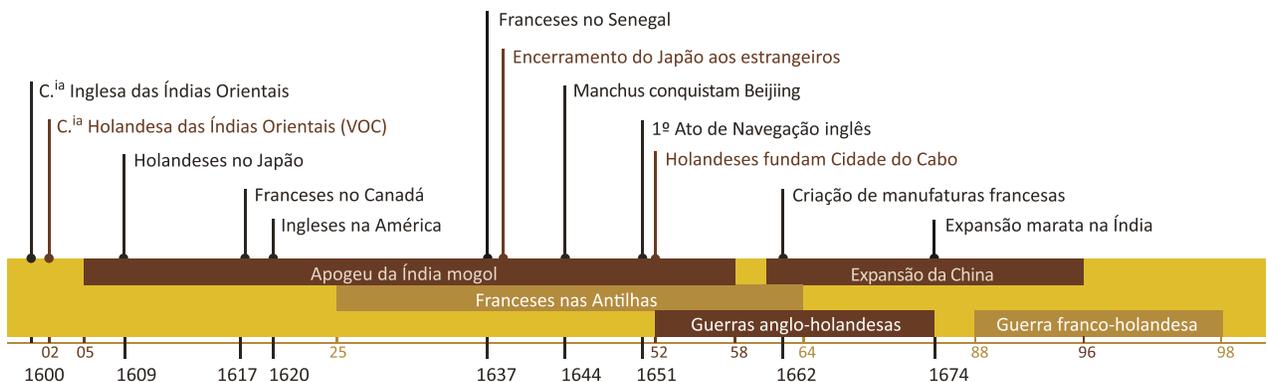
na parte inferior, o **texto explicativo**, que tem por finalidade o estudo extra-aula e a consequente consolidação das aprendizagens.

No final do Manual, encontram-se um planisfério físico e um planisfério político.

UNIDADE TEMÁTICA 4

4

**OCIDENTE E ORIENTE EM PRESENÇA**  
(de cerca de 1650 a cerca de 1825)



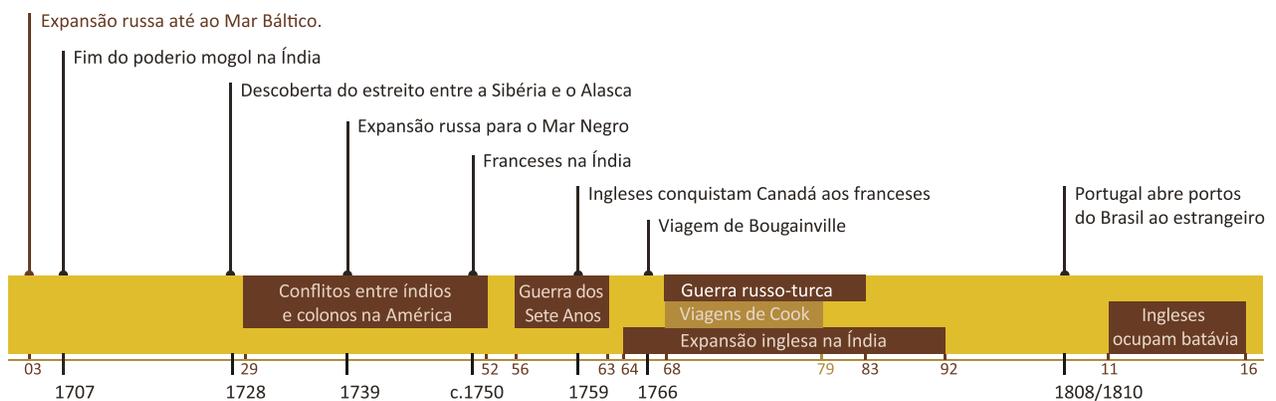
## Rivalidades coloniais e expansão territorial nos séculos XVII e XVIII



### METAS DE APRENDIZAGEM

O aluno:

- Interpreta o conteúdo de documentos relativos aos assuntos em análise.
- Localiza, no tempo e no espaço, os eventos estudados.
- Avalia a relevância da conjuntura demográfica e o seu reflexo na economia.
- Relaciona o desenvolvimento da economia mercantil numa política económica subordinada aos interesses do Estado.
- Identifica o final do século XVII e o século XVIII como um período de expansão territorial e de afirmação de impérios continentais e ultramarinos.
- Identifica, nas grandes expedições de reconhecimento do globo, fatores económicos e políticos associados a interesses científicos.
- Reconhece a relevância do dinamismo cultural europeu, no relacionamento com diferentes civilizações, nos séculos XVII e XVIII.

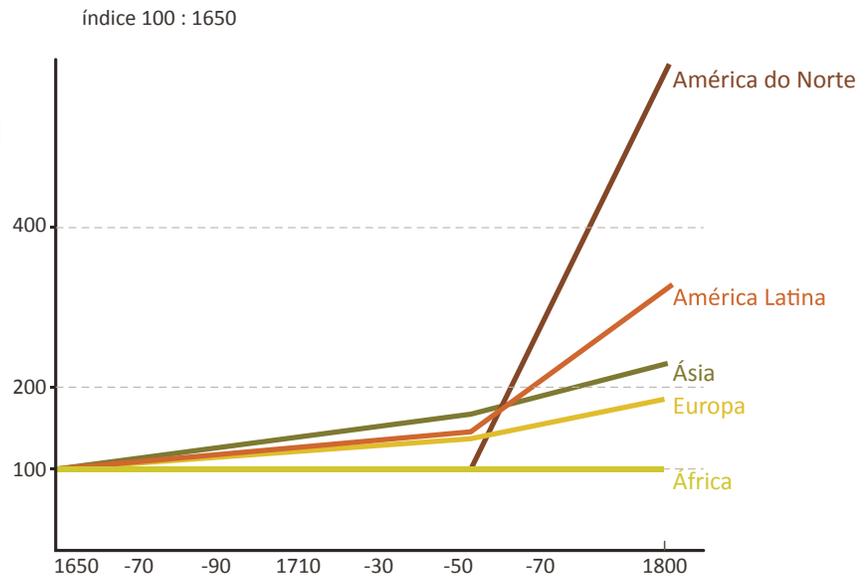


# Rivalidades coloniais e expansão territorial nos séculos XVII e XVIII

DOC. 1 →  
Evolução da população mundial  
por continentes, 1650-1800  
(em índice)

## Atividades

1. Interpreta o gráfico (Doc. 1).
2. Recorrendo aos dados globais da evolução da população mundial, em milhões de pessoas, apresentados no texto, calcula a percentagem do aumento populacional na Ásia, entre 1700 e 1800.
3. Justifica a opção dos historiadores demógrafos em manter inalterados os cálculos relativos à África.



## 1. O crescimento da população mundial

### 1.1. Demografia: o crescimento da população mundial

Nos dois séculos que vamos estudar, o panorama mundial foi marcado pela Europa, não obstante o brilhantismo do Império Chinês no Extremo Oriente. Aliás, a Europa não tinha a mesma superioridade no plano da extensão geográfica ou da **demografia**. A Europa era o mais pequeno continente conhecido e, em meados do século XVIII, metade da humanidade viveria na Ásia (**Doc. 1**). Cálculos parciais de população, elaborados em diversos Estados, permitem-nos comparar e seguir a evolução do número de habitantes ao longo do tempo.

**Fogo**  
Residência de uma família; lar, casa.

Os governos queriam saber quantos eram e como se compunham os agregados familiares – os **fogos** – para lhes poderem cobrar impostos ou chamar para a guerra. Na época estatística, o conhecimento dos movimentos da população passou a ser importante para os governos fundamentarem as suas políticas económicas. Sabemos que o crescimento da população depende dos recursos económicos, das condições climáticas (que comandam a produção agrícola, logo, a qualidade da alimentação), dos progressos sanitários e da medicina, e, também, das circunstâncias políticas e sociais de cada região. Sabemos, ainda, que antes das industrializações dos séculos XIX e XX, se verificou uma alternância entre crescimento populacional e a sua travagem, com estagnação ou regressão da população.

Ano	População mundial
1650	470 milhões
1700	510 milhões
1750	700 milhões
1800	900 milhões

#### ← DOC. 2

Evolução da população mundial, 1650-1800 (em milhões de pessoas)

Os historiadores têm avançado alguns cálculos que podem servir como escala de referência. As regiões mais solidamente ocupadas nos séculos XVII e XVIII, como já acontecia antes, eram a Europa ocidental e, na Ásia, o Japão, a Coreia e a China. A Insulíndia, a Indochina e a Índia tinham, lado a lado, zonas densamente povoadas e outras não plenamente ocupadas.

O quadro (**Doc. 2**) apresenta a evolução global da população mundial. Estes números revelam uma taxa de crescimento de cerca de 4%, entre 1650 e 1750, que se elevou a 6 e 7%, entre 1750 e 1800. De cerca de 1700 a 1800, a população do continente asiático quase duplicou. Tendo, na primeira data, uma população de cerca de 300 milhões, subiu, na segunda, para os 575, ou mesmo para 597 milhões. Quanto à Europa, com um crescimento, mais firme na segunda metade do século XVIII (**Doc. 3**), passou de 118 milhões, em 1700, para 193, em 1800. No continente americano, observou-se um crescimento exponencial a partir de 1750, que se deveu à colonização e à emigração (**Doc. 1**).

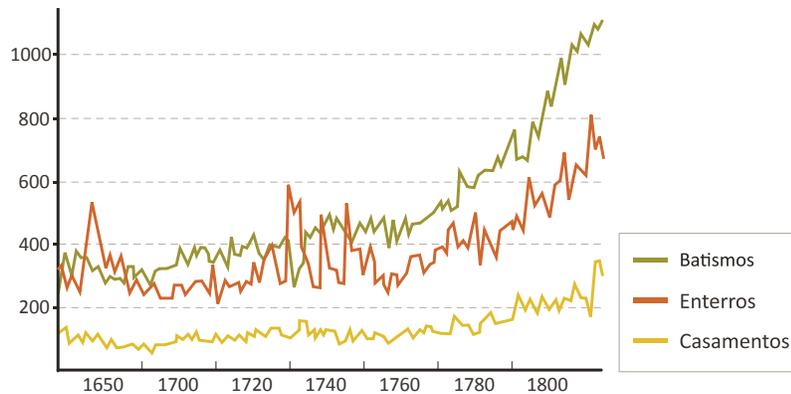
A demografia histórica veio, assim, revelar que várias regiões do hemisfério norte tiveram um ritmo demográfico comum. Pôde traçar-se um quadro muito geral para os dois séculos em estudo: o século XVII, um tempo de estagnação; o século XVIII, um tempo com tendência de crescimento (**Doc. 3**). Tendo em conta a generalidade dos setores sociais e das actividades económicas, costuma classificar-se o primeiro como um século de crise, e o segundo como um século de prosperidade.

Naturalmente que havia assimetrias entre as grandes regiões do globo, entre os países de uma mesma região e no interior de cada um. Em todas estas situações se evidenciou a coexistência de inércias económicas e demográficas, que se mantinham, e de dinâmicas de aceleração, que alastravam. E havia, também, extensos territórios por cultivar e por habitar, quer no Novo Mundo quer nos velhos mundos asiático e europeu. No século XVIII, podemos comparar a situação da Índia, que cultivava apenas uma parte do seu solo, com a da China, que aumentou as terras aráveis e que assinalou um forte crescimento da sua população.

#### Atividade

Observa a tabela e comenta o ritmo de crescimento estimado da população mundial, de meados do século XVII a finais do XVIII.

**DOC. 3 →**  
Evolução demográfica numa aldeia inglesa, 1680-1800



### Atividade

A partir da análise do gráfico, explica porque se diz que o século XVIII triunfou sobre a morte. Considera na tua resposta os números da população mundial, entre 1750 e 1800.

O exemplo europeu permite-nos compreender os mecanismos que possibilitaram o crescimento populacional verificado. Como antes do século XIX não havia registo civil, usaram-se os registos de batismo para saber o número de nascimentos e o número de sepulturas/enterramentos para saber o número de óbitos (**Doc. 3**). No século XVIII, o clima estabilizou, os períodos de escassez alimentar tornaram-se menos longos, as epidemias mais raras e menos mortíferas e os conflitos armados diminuíram em número e em violência. O exemplo chinês mostra que a expansão territorial, trazendo terras para alimentar mais bocas, foi nesse caso um elemento positivo.

Com maior confiança no futuro, as pessoas alteraram os seus comportamentos verificando-se um decréscimo na idade do casamento, possibilitando deste modo um maior número de filhos por casal. Simultaneamente, assistiu-se a transformações económicas, a progressos na medicina e a uma melhoria da higiene pública. A mortalidade, e principalmente a mortalidade infantil, diminuiu. O crescimento da população deveu-se à conjugação destes dois fatores, natalidade forte e diminuição da taxa de mortalidade.

## 1.2. O desenvolvimento das cidades

O desenvolvimento urbano é outra mutação demográfica que se verificou no século XVIII. Resultou do crescimento populacional e de reformas económicas que os Estados promoveram neste período. O povoamento modificou-se e a população urbana cresceu; a vitalidade das cidades contrasta com o imobilismo do mundo rural.

Os espaços mais urbanizados colocaram questões de organização dos abastecimentos, da circulação e dos alojamentos. Por outro lado, a concentração de indivíduos, que eram simultaneamente consumidores e reserva de mão-de-obra, criou necessidades e estimulou o progresso económico, social e cultural.

Amsterdão – 200	Lisboa – 200	Rio de Janeiro – 100
Beijing (Pequim) – 3 000	Londres – 900	Tóquio – 500
Istambul – 700	Paris – 600	

#### ← DOC. 4

Grandes cidades no século XVIII  
(em milhares de habitantes)

Todavia, as grandes cidades do Islão, da Índia ou da China ficaram subjugadas aos poderes políticos ou sociais respetivos. Não se desenvolveu nelas a liberdade urbana que foi o fermento para a afirmação de uma verdadeira **burguesia** e para a pujança dos negócios no Ocidente. As cidades no Oriente foram desde sempre muito maiores (**Doc. 4**), mas cresceram mais condicionadas: nos impérios islâmicos, pelo poder dos califas; na Índia, pelo sistema social das castas; na China, pelo Estado tutelar de funcionários e de senhores e pelo poder extraordinário dos campos.

As cidades ocidentais articularam-se com os campos e constituíram-se como comunidades urbanas dinâmicas e empreendedoras. O surto demográfico favoreceu a emigração, a densificação do território e o desenvolvimento de grandes cidades. Estas foram tanto mais ricas e influentes quanto mais ligadas aos poderes régios e, as que mais se distinguiram, foram as cidades-capitais; eram centros políticos e também centros industriais e comerciais que atraíam numerosos contingentes migratórios rurais.

Em 1700, a Europa recenseou 10 cidades com mais de 100 mil habitantes e, em 1800, eram 17, com 5 delas a ultrapassarem os 200 mil. Contudo, as muito grandes cidades eram minoritárias. Também no final do século XVIII, mesmo na Europa ocidental, apenas 20% da população era urbana; a leste, na Rússia, não ultrapassavam os 4%.

## 2. Geografia dos impérios, formas e instrumentos de domínio

### 2.1. Geografia dos impérios

Como já sabes, desde inícios do século XVII, a Holanda, uma nova potência emergente, tornou-se independente e propôs-se conquistar os domínios ultramarinos luso-espanhóis.

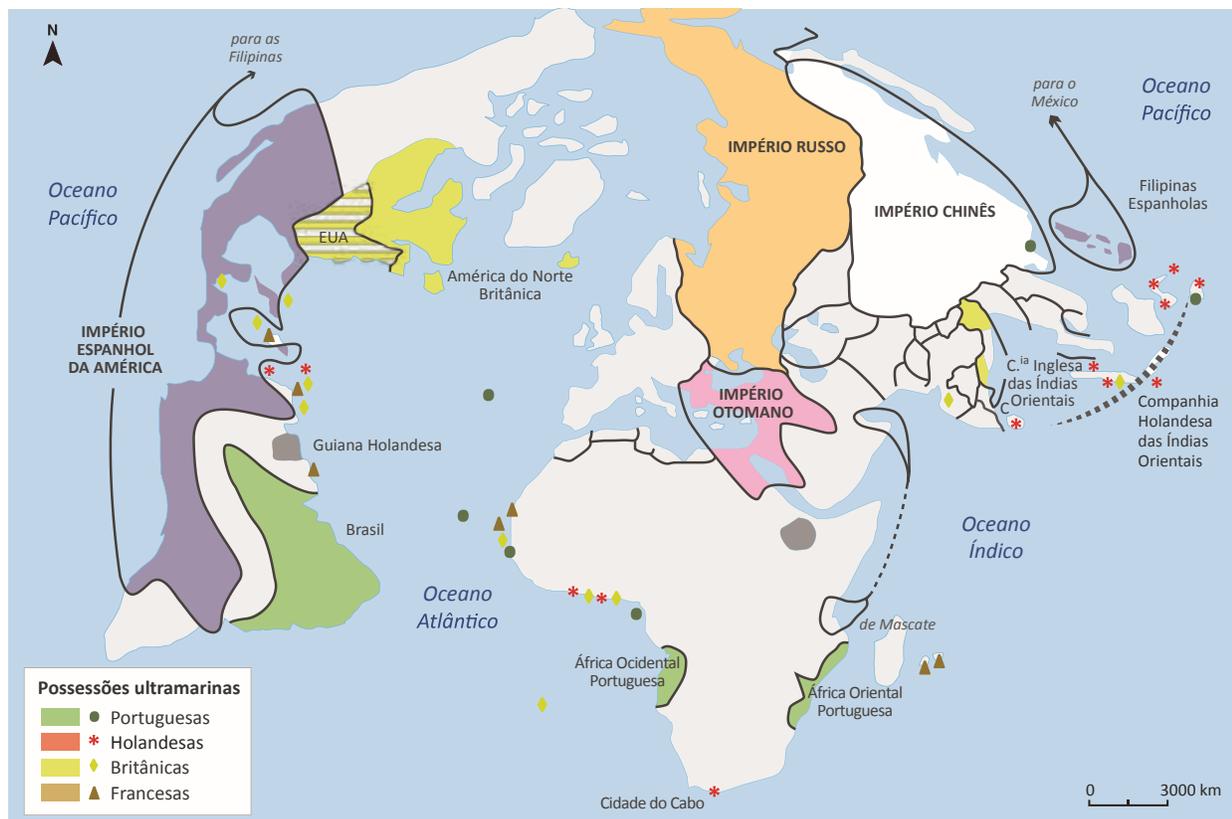
Formou a primeira frota naval do mundo e converteu-se no maior centro comercial e financeiro da Europa. Com uma dinâmica classe burguesa, criou instituições como a **Bolsa** e o Banco de Amsterdão e as grandes Companhias das Índias Orientais e Ocidentais. A Holanda ocupou, na América, diversos pontos no litoral atlântico, tanto na América do Norte como a sul, no Brasil; em África, estabeleceu-se na zona do Cabo e, na costa ocidental, em Angola e S. Tomé; na Ásia, criou feitorias na Índia e dominou os arquipélagos do sudeste asiático.

#### Atividade

Esclarece o quadro regional em que cada uma das cidades referidas (Doc. 4) pode ser classificada de “grande cidade”.

#### Bolsa de valores

Instituição onde se transacionam ações/títulos de participação financeira em empresas.



**DOC. 5 ↑**  
**Impérios marítimos e impérios continentais em finais do século XVIII**

O seu papel mundial reduziu-se na segunda metade do século, devido a guerras desastrosas contra a Inglaterra e contra a França e a não ter diversificado as atividades económicas para além das comerciais. Não deixou, porém, de estabelecer o seu poder político direto sobre grande parte da ilha de Java.

No século XVIII, entre as potências europeias, destacaram-se a França e, principalmente, a Inglaterra com um poderoso império marítimo. Mas um outro grande império, continental, a Rússia, constituiu-se a leste (Doc. 5). Este império euroasiático estendeu-se do Mar Báltico ao Oceano Pacífico. A sul tocava o império islâmico dos turcos otomanos e, a norte, conquistada a Sibéria, atingiu o Império da China.

## 2.2. Formas e instrumentos de domínio

A expansão europeia dos séculos XV e XVI colocou definitivamente o Ocidente e o Oriente em presença um do outro. O maior resultado desse encontro foi proporcionar aos Estados os meios de pagamento necessários para organizarem e dirigirem uma política económica própria. A abundância de ouro e prata, de origem africana e americana, facilitou a integração das economias monetárias da Europa e da Ásia. Internamente, permitiu aos soberanos garantirem a manutenção de exércitos e de funcionários ao serviço do Estado, e desenvolverem uma política económica visando a prosperidade nacional.

“

O objetivo de **Colbert** é tornar o país inteiro superior a todos os outros em opulência, abundante em mercadorias [...], não tendo necessidade de nada e sendo fornecedor de todas as coisas aos outros Estados. Consequentemente, Colbert não negligencia nada para aclimatar em França as indústrias dos outros países [...]. Esforçam-se por ter o melhor de tudo o que o mundo inteiro produz. Com a Pérsia aprenderam o trabalho dos tapetes, e passaram a fazer-se em Paris os mais bonitos e os mais elegantes. A França importa e vende as raridades mais belas das Índias e, da mesma forma, foi aprender a África vários dos seus processos de fabrico. Fabrica-se presentemente em França o que há de melhor em todas as partes do mundo, e estes produtos estão de tal forma na moda que de toda a parte chegam encomendas.

Carta do embaixador de Veneza em Paris, de 1665 a 1668

No século XVII, diminuiu o afluxo de metais preciosos e uma crise geral, que não se confinou à Europa, atingiu todos os setores de actividade e penalizou fortemente as populações. A crise, sobretudo comercial, teve uma forte componente demográfica. A população estagnou, afetando tanto o setor da produção como o do consumo. O Estado assumiu, então, a tarefa de estimular a economia (**Doc. 6**) e o encargo de combater a miséria que crescera. A esta política de intervenção chamou-se **mercantilismo**.

O mercantilismo foi, assim, a teoria e a prática económica do período moderno. O seu objetivo prioritário consistiu em conseguir o máximo enriquecimento do país, mediante a acumulação da maior quantidade possível de metais preciosos, através de atividades comerciais internacionais. Considerava-se que os metais preciosos eram o sangue que circulava no corpo do país, transportado por uma população numerosa. A sua perda comprometia a saúde do Estado. Num tempo em que as nações ampliavam os setores comerciais das suas economias e passaram da concentração na agricultura para o comércio, o interesse era conseguir a entrada de metais preciosos e matérias-primas, em troca da saída de produtos manufaturados (**Doc. 6**).

Era essencial que o volume das exportações superasse o quantitativo das importações, mantendo-se uma balança comercial favorável. Deste modo, em tempo de crise, o mercantilismo dependeu do **protecionismo** do Estado. Este assumiu a forma de um nacionalismo agressivo e tornou premente a posse de colónias ultramarinas (**Doc. 7**).

A proteção do Estado consistiu no estabelecimento de taxas alfandegárias favoráveis às exportações e na proibição de uso de produtos estrangeiros. A intervenção do Estado verificou-se também, na criação de manufaturas nacionais, na atribuição de monopólios e isenções fiscais a grandes companhias e na valorização social da classe mercantil.

#### ↑ DOC. 6

A política económica em França no tempo de Luís XIV

#### Atividade

Refere as finalidades da administração de Colbert, na ótica do embaixador de Veneza.

#### Colbert (1619-1683)

Ministro de Luís XIV, rei de França.

“

O comércio e a agricultura são ou tornaram-se a razão de ser da fixação nas colónias. Foi por isso necessário conquistar as terras, expulsar os antigos habitantes e transferir novos para elas. Uma vez que estas colónias se estabeleceram unicamente para benefício da metrópole, segue-se: 1.º Que devem estar sob a sua dependência imediata e conseqüentemente sob a sua proteção. 2.º Que o comércio deve ser um exclusivo dos fundadores.

As colónias deixariam de ser úteis se pudessem dispensar a metrópole; assim, é uma lei inerente à sua natureza que devem restringir-se as artes e o cultivo numa colónia às conveniências do país que a domina.

**DOC. 7 ↑**  
A palavra “Colónia” na *Enciclopédia Francesa*

As colónias, fornecedoras de matérias-primas e mercado consumidor dos produtos acabados, eram consideradas pela mãe pátria como um **exclusivo colonial (Doc. 7)**. Mesmo o transporte de mercadorias, da metrópole ou da colónia, era um exclusivo das marinhas nacionais. Este facto teve uma importância fundamental no desenvolvimento das frotas mercantes europeias.

#### Atividade

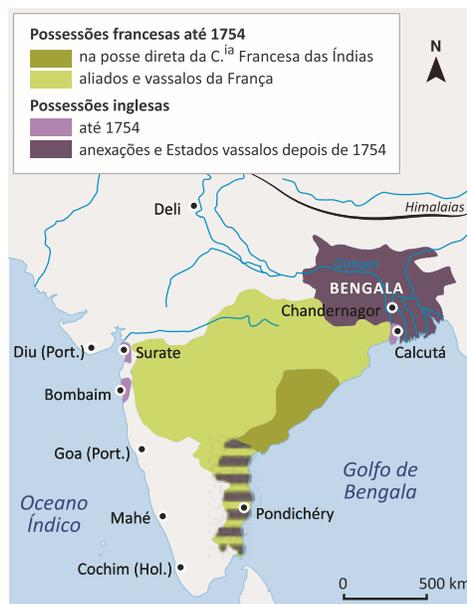
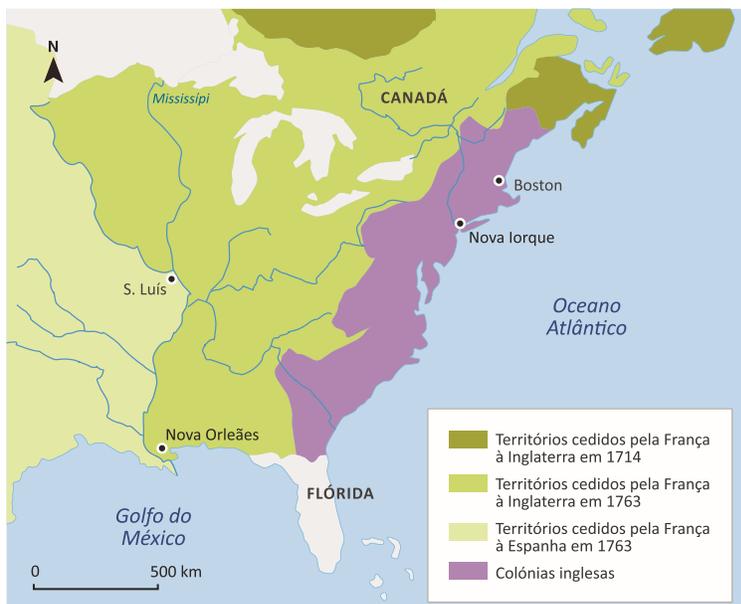
Elabora uma composição apresentando os argumentos usados no século XVIII para defesa do regime colonial.

No século XVIII, a superação da crise demográfica e esta política de incremento do comércio e da indústria levaram a um crescimento económico e a uma acumulação de riqueza tão grandes que se aproximou do que chamamos capitalismo. Contudo, estava ainda limitado a poucas regiões, a organização do trabalho permanecia a herdada da Idade Média, e os progressos técnicos eram medíocres. Os historiadores preferiram salientar o papel motor do comércio e classificar este período de transição como **capitalismo comercial**.

### 2.3. Confrontos e áreas de influência nas Américas, Índico e Ásia/Pacífico

No século XVII e no século XVIII, a economia mundial estruturou-se em volta de grandes cidades que dominaram o comércio internacional e dinamizaram todo o território de que eram o centro. Já vimos o papel importante de Amesterdão, mas, no decorrer do século XVIII, Londres tornou-se a cidade mais rica do Ocidente. Com ela só competia Paris, cidade da França, a mais brilhante monarquia do seu tempo.

Neste século, as grandes rivalidades económicas e políticas explodiram justamente entre os dois Estados, a Inglaterra e a França, de que Londres e Paris eram capitais. Duas grandes potências europeias que, após o ajuste de contas de ambas com a Holanda, disputaram a hegemonia por mais de um século (1689-1815). A França, mais empenhada no domínio militar e político da Europa, a Inglaterra, centrada na constituição de um império marítimo e colonial (**Doc. 8**) que começara a erguer muito antes.



Ainda no século XVI, protestantes franceses tentaram fundar na América uma colónia (a Nova França) e outros entrepostos, onde acabaram por colidir com possessões espanholas. Nas primeiras décadas do século XVII, penetraram no Canadá, na Terra-Nova e na bacia do Rio Mississípi. Instalaram-se também nas Antilhas, na Guiana, no Senegal, em Madagáscar e em algumas localidades do litoral indiano.

A monarquia francesa, fortemente intervencionista, estimulou a indústria, o comércio externo e a navegação. Quando a iniciativa privada se mostrou desinteressada, por exemplo, para a criação de grandes companhias de comércio colonial, o Estado forçou os mercadores a subscrever o capital destas e tomou em mãos os restantes encargos.

O resultado mais positivo desta política económica foi o desenvolvimento da marinha mercante, da frota de guerra e dos seus portos atlânticos. Assim apetrechada, a França envolveu-se em guerras constantes e tentou impor a sua supremacia no continente europeu.

A Inglaterra (que agregou a Escócia, o País de Gales e a Irlanda e que se denominava agora de Reino Unido ou Grã-Bretanha), desde cedo encorajou a navegação, suprimiu portagens interiores para as mercadorias e controlou as exportações dos seus produtos (**Doc. 9**). Nos inícios do século XVII, colonos ingleses desembarcaram na América do Norte. Na segunda metade do século, tinham ocupado os territórios antes controlados pelos holandeses e as suas colónias na costa atlântica gozavam de larga autonomia política. Algumas foram prósperas colónias agrícolas assentes no trabalho escravo. Em 1776, tornaram-se independentes e formaram uma república federal, os Estados Unidos da América.

#### ↑ DOC. 8

Áreas de influência francesa e inglesa na América e na Índia no século XVIII

#### Atividade

Observa os mapas e justifica a denominação de “império marítimo” atribuída no século XVIII aos domínios da França e da Inglaterra.

“

Para o progresso da marinha e da navegação [...] nenhuma mercadoria será importada ou exportada dos países, ilhas, plantações ou territórios pertencentes a Sua Majestade ou na sua posse na Ásia, América e África senão em barcos que, sem fraude, pertençam a súbditos ingleses, irlandeses ou galeses ou que pertençam a habitantes de outros países, ilhas, plantações e territórios, mas em que os barcos sejam comandados por um capitão inglês e em que as tripulações tenham três quartos de ingleses [...].

Nenhuma mercadoria produzida ou fabricada no estrangeiro, e que deva ser importada [...], pode ser embarcada noutros portos nem em navios que não sejam os do país de origem.

**DOC. 9 ↑**  
Ato de Navegação de 1660

#### Atividade

Partindo dos objectivos da política económica dos Estados nos séculos XVII e XVIII (Doc. 6), indica as formas que adotaram para os atingir (Docs. 6, 7, 8 e 9).

Entretanto, comerciantes ingleses tinham-se estabelecido nas costas da Guiana, da Guiné e da Índia, onde conjugaram actividades mercantis e agrícolas que vieram a contribuir para o desenvolvimento da indústria. A publicação de legislação de defesa da marinha inglesa, os Atos de Navegação (**Doc. 9**), foi um elemento fundamental na sua política de reforço do poder marítimo.

Nesta fase, a Inglaterra praticava um mercantilismo comercial imperialista, assente na exploração das colónias entregues a companhias monopolistas. A mais célebre, a Companhia das Índias Orientais (1600), obteve o monopólio do comércio no Índico e o direito de soberania sobre os entrepostos e feitorias aí estabelecidos.

Politicamente, a Índia dividia-se em centenas de Estados nominalmente subordinados ao imperador mogol de Nova Déli. A Companhia das Índias Orientais, administrada por um governador-geral inglês, residente em Calcutá, ocupou quase todo o território e lançou as bases do futuro império britânico das Índias (1877). Calcutá tornou-se o centro económico da costa oriental indiana, com o próspero comércio do algodão e do chá (**Doc. 10**).

Com franceses e ingleses nas mesmas regiões e ambicionando alargar os respetivos impérios coloniais, o choque foi inevitável (**Doc. 8**). O conflito direto anglo-francês desenvolveu-se no quadro da “Guerra dos Sete Anos” (1756-1763), em que entraram vários países europeus. Fora da Europa, o conflito agudizou-se com as manobras indiretas das duas potências que, na Ásia, alimentavam as rivalidades dos príncipes locais e, na América, as das tribos índias.

Além do território, estavam em causa as matérias-primas coloniais (**Doc. 10**), em particular o algodão, essencial na primeira fase da Industrialização inglesa, que se estava a afirmar.



No final, a França perdeu parcialmente o seu império colonial e a preponderância no continente europeu. Na América, cedeu à Inglaterra o Canadá e parte da Luisiana. Esta e a Florida, que pertencera à Espanha (aliada da França no conflito), juntaram-se ao conjunto de colónias que a Inglaterra já detinha. A França perdeu também o Senegal e, no Índico, conservou apenas cinco feitorias. Manteve, contudo, o domínio das Antilhas, as “ilhas açucareiras”.

A Grã-Bretanha tornou-se o país hegemónico do mundo; primeira potência financeira, comercial e marítima dominou o mais vasto império do seu tempo. Contudo, a seu lado, havia outros Estados com influência internacional relevante.

## 2.4. Império Russo

No século XV, o grão-duque Ivan III (1462-1505), príncipe de Moscovo, recusou pagar tributos aos mongóis e iniciou uma política de expansão, conquistando a cidade mercantil de Novgorod (**Doc. 11**). O mesmo, depois da conquista de Constantinopla pelos turcos (1453), proclamou a Igreja russa independente e tentou que Moscovo, a sede do patriarcado ortodoxo, viesse a ser a capital de toda a cristandade.

Um dos seus sucessores, Ivan IV, o Terrível (1533-1584), foi o primeiro a fazer-se coroar **czar**, em 1547. Conquistou as cidades de Kazan e de Astrakan (**Doc. 11**), abrindo uma via para a Ásia e promoveu a primeira grande expedição para leste.

### ↑ DOC. 10

As grandes correntes comerciais do mundo em 1763

#### Atividade

Identifica os produtos e as rotas comerciais mais importantes, em meados do século XVIII.

#### Czar

Palavra derivada de César; imperador.



**DOC. 11** ↑  
A expansão russa

### Atividade

Recorrendo aos mapas - **Doc. 11** e **Doc. 8** da pág. 36 - justifica a afirmação de que a colonização da Sibéria é comparável à “conquista do Oeste”, na América do Norte.

Apesar de ter estabelecido relações comerciais com ingleses e holandeses, a Rússia continuou a ser um país agrícola, socialmente dominado pelos senhores donos das terras, os **boiardos**, que eram também senhores de homens mantidos na servidão. Nos séculos XVII e XVIII, a maioria dos camponeses eram servos, ligados hereditariamente às terras da nobreza ou dos funcionários do Estado. A servidão não estava definida na lei, mas tinha-se imposto pela tradição. Na sua origem teria estado o endividamento dos camponeses, sobrecarregados de impostos e de taxas, o que os impedia de abandonarem as suas terras.

**Boiardo**  
A palavra significa guerreiro e passou a aplicar-se aos nobres.

**Autocrata**  
Soberano absoluto.

**Súbdito**  
Pessoa submetida à vontade do soberano a quem deve fidelidade.

**Cossacos**  
Guerreiros e pioneiros na colonização da Sibéria.

No plano político, o czar era um **autocrata**, assistido na governação pela *douma*, uma assembleia de boiardos nomeados pelo czar. Só no século XVII a influência ocidental se tornou mais sensível, não obstante o czar ter-se mantido, até às revoluções de 1917, como o pai e senhor de todos os seus **súbditos**.

A expansão da Rússia prosseguiu para leste e ocupou a Sibéria no século XVII. Estendeu-se, a norte, ao longo do Ártico e, a sul, chegou à Mongólia e à China (**Doc. 11**). Foi uma conquista difícil pelas resistências locais. As expedições russas eram de iniciativa estatal mas também de mercadores que cobiçavam as riquezas da região em peles (zibelina, arminho e castor) e foram executadas por aventureiros, sobretudo **cossacos**. A partir daí, o império expandiu-se para o Cáucaso e para a Ásia Central.